

2 A Telefonia Pública:

2.1. Telefonia Pública no Brasil

A telefonia pública tem o importante papel social de integrar famílias de baixa renda em localidades remotas espalhadas por todo território brasileiro e lhes dar acesso a diversos serviços essenciais.

O telefone para uso público no contexto de um país de dimensões continentais como o Brasil provoca várias tensões naturais entre as operadoras fixas, as que se responsabilizam por instalar e manter “orelhões” (telefones públicos) à disposição da população, e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), cuja tarefa é estipular as regras e fiscalizar para o cumprimento correto. Por se constituir na forma mais eficiente de atingir as comunidades de baixa renda, as concessionárias consideram que a telefonia de uso público é também de importância para sua imagem.

Uma reivindicação que tem sustentação é que a infra-estrutura necessária para a manutenção dos orelhões tenha custos compartilhados, de tal forma que as operadoras de longa distância que forem beneficiadas por aquele acesso ajudem a custeá-lo.

De acordo com o superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Marcos Bafutto, o assunto está em discussão na Anatel e fará parte do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) que começará a vigorar em 2006.

O Brasil possui uma das maiores densidades de telefones de uso público (TUP) do planeta. Existem aqui 7,2 TUPs por cada grupo de mil habitantes, contra 5,2 nos Estados Unidos, Reino Unido e França e 4,1 na Argentina, Chile e México. No entanto, a quantidade de TUP, foi definida durante a privatização da Telebrás, consta em contrato de concessão e as operadoras fixas não parecem interessadas em levantar qualquer questão a respeito. O que elas manifestadamente querem é ter impostos diferenciados sobre as chamadas originadas no TUP, repartir as despesas com as donas das chamadas de longa

distância e alterar o monopólio dos cartões indutivos. Conforme dados de outros países, o minuto de conversa num TUP da Telefônica na Argentina custa US\$ 0,03, no Peru, US\$ 0,06, e no Brasil, US\$ 0,02. A British & Telecom cobra US\$ 0,06 no Reino Unido e a Telmex, US\$ 0,08 no México. No Japão, o usuário paga US\$ 0,09 por minuto.

Os custos da telefonia pública devem ser divididos entre as operadoras fixas locais e de longa distância.

A preservação das redes de TUP instalados no Brasil de orelhões instalado no Brasil com rentabilidade para as operadoras foi debatida em Brasília, na 3ª Conferência Latino-Americana de Telefonia Pública, que reuniu representantes do Governo, da agência e das operadoras.

Para atingir as metas de universalização de acordo com o levantamento da consultoria Orion, as operadoras de telefonia fixa deverão instalar até o final de 2006 cerca de 7.500 postos de serviço de telecomunicações em áreas urbanas e 13 mil em áreas rurais. Esses postos de serviço público devem conter telefone público, terminal de acesso à internet e fax. Os investimentos nos serviços públicos estimados pelo consultor até 2007 são da ordem de R\$ 590 milhões na área urbana e de R\$ 250 milhões a R\$ 540 milhões na área rural, dependendo das contrapartidas das oferecidas pelas cooperativas.

Portanto ainda que hoje não seja um negócio atraente, há uma perspectiva de que a telefonia de uso público continue sendo um negócio que as concessionárias da STFC terão que manter e talvez ampliar. Não podendo sair do negócio de TUP sua lucratividade passa a merecer não menos atenção do que outras mais atraentes.

2.2. O Problema de Telefonia Pública na Telemar:

A Telemar estima manter aproximadamente sessenta e seis mil telefones públicos instalados além do número mínimo exigido pela Anatel. Como mencionando na seção anterior, o governo não está satisfeito com a universalização dos serviços, porque tem recebido "reclamações sérias" principalmente relacionadas à telefonia pública em cidades distantes dos grandes centros urbanos, portanto, independente da verdade dos fatos, indiscutível que a

percepção da população quanto ao acesso à telefonia pública não condiz com a quantidade telefones instalados e mantidos pela Telemar. Configura-se então um problema de localização de telefones públicos, ou melhor, de distribuição destes sessenta e seis mil TUP que a Telemar mantêm além da quantidade exigida pela Anatel. Aproximadamente 35% dos telefones públicos instalados pela Telemar possuem receita inferior aos custos operacionais. O cenário hoje da Telemar é, portanto: muitos telefones instalados desnecessariamente, gerando prejuízo, e a percepção de mau atendimento pela população. Em outras palavras, má distribuição dos telefones, deixando áreas com coberturas deficientes (mesmo que dentro das normas) e, conseqüentemente, outras áreas super cobertas. Esta grande quantidade de telefones mal distribuída propicia mais vandalismos estes, por sua vez, maior número de reclamações na Anatel. A Telemar sabe que mantêm em operação uma quantidade superior ao exigido pelo órgão regulador, e tem conhecimento dos telefones que geram prejuízo através de seus bancos de dados e sistemas de gerenciamento. O problema é uma forma prática de descobrir quais os telefones podem ser retirados sem violar a exigência do PGMU de que nas áreas urbanas, o cidadão não precise andar mais de 300 metros para ter acesso a um TUP. Essa exigência tenta assegurar que as concessionárias do STFC disponibilizem os telefones localizados de forma socialmente distribuída. Esta é grande dificuldade da Telemar: como descobrir do universo de milhares de telefones públicos instalados nos dezesseis estados, quais estão posicionados em locais onde a concentração de telefones está acima do exigido e quais devem ser remanejados para que a rentabilidade aumente e as reclamações dos usuários junto a Anatel diminuam.